



Vol. 6 nº 12 jul./dez. 2011  
p. 209-215

## A INFÂNCIA E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Elenita Conegero Pastor Manchope (Unioeste)  
Lucyelle Cristina Pasqualotto (Unioeste)

**Resumo.** A proposta desse trabalho é refletir sobre a formação dos profissionais da educação infantil, problematizando os desafios evidenciados nas práticas e nas políticas públicas de formação. Para tanto, pretendeu-se realizar uma análise histórica, que possibilitasse analisar os desafios da formação dos profissionais da educação infantil na atualidade, por meio de um estudo bibliográfico e documental referente à temática em tela. Nesse sentido, buscou-se aprofundar sobre o conceito de infância e o papel da “educadora nata”, bem como, os desafios evidenciados na formação de professores para a educação infantil.

**Palavras-chave:** Educação, Educação Infantil, Infância, Formação de Professores.

### CHILDHOOD AND THE GRADUATION OF PROFESSIONALS FOR CHILD EDUCATION

**Abstract:** The purpose of this study is to discuss about the formation of the professionals of child education, discussing the evident challenges in the practical and public politics of formation. Therefore, we sought to conduct a historical analysis, that could analyze the challenges of the graduation of the professionals from child education, through a bibliographic and documentary study that refers to the thematic at hand. Accordingly, it was tried to deepen on the concept of childhood and the role of “professional educator”, as well as the challenges highlighted in teachers’ graduation for child education.

**Key-words:** Education, Child education, Childhood, Teachers’ graduation.

A proposta deste trabalho é refletir, enquanto profissionais da área e docente do curso de formação de professores, sobre os desafios da formação dos profissionais da educação infantil.

Ao estudar a formação dos profissionais da educação infantil, pretende-se realizar uma retrospectiva histórica, que possibilite analisar a temática em tela, na atualidade.

Ao revisitar a história, encontrou-se diversos autores que discutem a infância, as formas de atendimento e a constituição do sujeito responsável pela educação da criança.

## A INFÂNCIA E O PAPEL DA "EDUCADORA NATA"

Na atualidade é freqüente o debate sobre a criança, seus direitos e suas necessidades, no entanto, sabe-se que nem sempre foi assim.

Ariès (1981), em seus estudos, destaca que o sentimento de infância. – percepção da criança como pessoa diferente do adulto com características próprias - surge no período moderno, em meados do século XVII, quando a criança tem sua inserção social e se torna alvo de preocupações para a família e para os adultos de uma forma geral.

Destacam-se, também, os estudos de Sarat (2001), a qual afirma que historicamente,

(...) o atendimento às crianças se torna possível a partir do momento que essa criança tem existência e um papel social significativo, a ponto de provocar a preocupação, o cuidado e a atenção dos adultos para com ela. (...) No bojo dessas transformações, das relações sociais e da nova organização familiar, temos também as mudanças no mundo do trabalho, que começam a desenhar um novo modo de produção e o estabelecimento de uma nova organização social. Essas transformações retiram a mulher do lar e da posição antes ocupada por ela como mãe e responsável pela criação dos filhos e vai colocá-la nas frentes de produção como operária, exigindo sua participação no mercado de trabalho e impondo a necessidade da criação de formas de atendimento para suas crianças. (SARAT, 2001, p.137)

Nesse contexto, emerge diferentes formas de atendimento a criança, que se dividem conforme a classe social atendida, expressão da organização do modo de produção capitalista: um destinado às crianças pobres, filhos de operários que trabalhavam em fábricas e outro para atendimento às crianças ricas.

Essa dicotomia entre instituições de cuidados e instituições de educar, é analisada por Kuhlmann Junior (1998, p. 73) que evidencia que todas as instituições nascem com comum caráter educativo implícito na sua organização.

O pensamento educacional tem mostrado resistência em aceitar os elementos comuns entre as instituições constituídas para atender a segmentos sociais diferenciados. Insiste-se na negação do caráter educativo daquelas associadas a entidades ou propostas assistenciais, como se educar fosse algo positivo, neutro ou emancipador - adjetivos que dificilmente poderiam ser aplicados a elas. Isso pode ser observado em relação à Educação Infantil. O jardim de infância criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas - ou qualquer outro nome dado as instituições semelhantes as *salles d.asile* francesas - seriam assistenciais e não educariam. Entretanto, essas últimas também educavam - não para a emancipação, mas para a subordinação.

Ao pensar em uma educação para a subordinação, logo se pensava em pessoas leigas sem formação específica. Nesse sentido, enquanto nas instituições de cuidado

e assistência encontravam-se pessoas leigas sem formação específica, nas instituições ditas pedagógicas, exigia-se a profissionalização. Ambas instituições educavam, uma para a subordinação e a outra para o comando e a direção da sociedade.

A pesquisa realizada por Arce (2001) revela que nas instituições voltadas para a classe trabalhadora, a

(...) constituição histórica da imagem do profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo, assim, particularmente importante nos primeiros anos da infância (ARCE, p. 4-5).

Pode-se compreender que o mito da mulher mãe e educadora nata, é transposto para o trabalho da professora, um trabalho que anteriormente era mais comum ser realizado por homens. A partir do processo de industrialização, este trabalho perde a representação masculina em função dos baixos salários, e passa por um processo de feminização. Nesse sentido, Sarat (2001) afirma que,

Essa inserção das mulheres no trabalho a partir da educação traz uma tradição da concepção de que a educação das crianças pequenas, que atualmente estão na Educação Infantil, poderia ser melhor realizada por mulheres, pois se aproximava da ideia de maternidade. A tarefa de educadora de crianças seria um prolongamento de seu papel como mãe, e esse discurso começa a ser defendido por políticos e pensadores. (SARAT, 2001, p.140)

Essa abordagem também está presente em Comênio e Froebel que ressaltavam a importância do papel da mulher na educação da primeira infância. A constituição de um trabalho feminino se consolida sob o pressuposto de que a Educação Infantil deve estar sob responsabilidade da *"mãe educadora, conforme previa Comenius, em sua Didática Magna (1957), jardineira, na acepção de Froebel (1913), tias, pagens [sic], auxiliares, nas últimas décadas"*. (KISHIMOTO, 2000, p. 1 *apud* SARAT, 2001, p.140)

Apresenta-se a seguir uma reflexão sobre a formação de professores da educação infantil, permeada pelas discussões sobre os desafios evidenciados nas práticas e nas políticas públicas de formação.

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUNS DESAFIOS

Desde o início da Idade Moderna, a concepção de criança e a forma de atendimento oferecido a elas passaram por transformações significativas. De uma concepção de criança como um adulto em miniatura para a de um ser histórico e social. Do atendimento feito em asilos e casa de expostos, realizado por adultos leigos, para o atendimento feito em instituições educativas, por profissionais da área com formação específica. Nesse sentido, é possível afirmar que somente no século

XX, apesar dos muitos conflitos, vimos um conjunto de direitos anunciados, especialmente o direito das crianças.

As reflexões realizadas até esse momento sobre os aspectos que envolveram a formação da criança ao longo da história suscitam a busca de entendimento sobre a formação dos profissionais que atuam nesta modalidade denominada, a partir dos debates desencadeados na década de 80 no Brasil, de Educação Infantil.

O debate em torno da formação desses profissionais intensificou-se a partir da LDB nº 9.394/96. Neste documento a Educação Infantil passou a ser primeira etapa da Educação Básica e, portanto, reconhecida como parte do Sistema Municipal de Educação.

Apesar de a Constituição de 1988 assegurar o direito das crianças de 0 a 6 anos a educação infantil, direito referendado pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e pela LDB nº 9.394/96, são poucos os municípios que tem uma política de educação infantil integrada a uma política para a infância. A definição de políticas públicas pelo Estado nas diferentes instâncias representativas não garantem financiamento para o atendimento de qualidade para todas as crianças que, em tese, teriam direito.

A ausência de uma política de formação revela como a educação infantil vem sendo, historicamente, concebida. Sobre tudo, quando compreendemos o percurso de institucionalização da educação infantil (creche e pré-escola) numa abordagem histórica, é possível analisar a construção do conceito cuidar/educar.

[...]ao longo da sua existência a pré-escola tem tido diferentes concepções educativas que orientaram, e talvez deva-se dizer orientam, as práticas pedagógicas, sendo possível delinear três grandes tendências: a que pretende compensar as carências supostamente existentes nas crianças; a de caráter antecipatório que pretende preparar para o 1º grau; e, a que deseja “recrear” as crianças para que “espontaneamente - naturalmente” aprendam pelo convívio social e lúdico com outras crianças. Diante destas concepções de pré-escola e contra as mesmas é que surgiu a defesa da “função pedagógica” da pré-escola, opondo-se tanto à concepção escolarizada antecipatória (instrucional), quanto à concepção assistencialista e recreacionista (de guarda e proteção). (CERISARA, 1995, p. 3)

Destaca-se a função pedagógica que a autora apresenta, a qual busca superar as polarizações entre assistir e educar, historicamente construídas, para definir a função da pré-escola como aquela que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida, ampliando-os através de atividades que tenham significado concreto para a vida das crianças. É, sobretudo, a partir dessa concepção que o debate em torno da necessidade de formação se apresenta de forma mais intensificada.

A necessidade de formação, pensando na função pedagógica do atendimento a criança, compreende-se que está atrelada a alteração no conceito de infância, que, como já se afirmou em outros momentos, ocorreu a partir de transformações econômicas, sociais e culturais (Kramer, 2003).

Conseqüentemente, uma determinada concepção de infância desencadeia uma

nova visão de educação infantil e de formação de professores para esta modalidade.

Da concepção de infância, da criança como sujeito histórico, Drago e Micarello afirmam que:

Dessa concepção de infância deriva uma concepção de educação infantil que busca superar as dicotomias presentes nessa etapa da educação básica, concebendo 'a educação infantil como um espaço de proposta pedagógica, e não como um espaço assistencialista ou de cuidado. (...) Para essa concepção, a educação infantil se caracteriza por um trabalho pedagógico alicerçado em bases teóricas e em práticas sólidas, que leva em consideração os aspectos globais do desenvolvimento da criança, inserida num contexto social e histórico. (DRAGO; MICARELLO, 2005, p. 139)

A partir dessa concepção, ressaltamos a importância de compreendermos a articulação entre concepção de infância e de educação infantil atrelada a uma determinada proposta pedagógica presente nos cursos de formação.

Nesse sentido, os autores afirmam que *"a definição de políticas públicas para a formação dos profissionais que atuam na educação infantil tem como ponto de partida a concepção – explícitas ou não – do perfil desejável a esses profissionais"* (DRAGO; MICARELLO, 2005, p. 132). A partir desse pressuposto podemos compreender que a concepção referente à formação de professores para educação infantil é constituída a partir da concepção de infância, as quais *"subsidiem as escolhas em termos de conhecimentos, habilidades e competências que seriam necessárias ao profissional que atua junto à criança pequena"*. (DRAGO; MICARELLO, 2005, p. 132)

Portanto, defende-se que a formação do profissional da educação infantil deve estar inserida em cursos universitários, como o de pedagogia, a partir da defesa de uma sólida formação teórica, bem como, a unidade entre teoria e prática, tendo a pesquisa como princípio formativo.

Para compreender melhor o debate sobre os projetos de formação, destaca-se o trabalho realizado por Cerisara (2002), que afirma existir um embate político entre dois projetos distintos de formação:

[...] de um lado, o projeto defendido pelo o movimento organizado pelos educadores, que entende a formação como parte da luta pela valorização e profissionalização do magistério, considera universidade como lugar privilegiado para sua formação; defende uma sólida formação teórica; assume a pesquisa como princípio formativo e elemento articulador entre teoria e prática e concebe o professor como intelectual; de outro, o projeto defendido pelo conselho Nacional de Educação, que se submete às políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais com a retirada da formação das professoras das universidades e propondo uma formação técnico-profissionalizante, com amplas possibilidades de aligeiramento, sem espaço para uma reflexão profunda sobre os processos educativos, reduzindo o papel de professora a mera executora de tarefas pedagógicas e restringindo a concepção de pesquisa e de produção de conhecimento à esfera do ensino. (CERISARA, 2002, p. 336)

Cerisara, ao defender uma sólida formação dos profissionais que atuam na educação infantil, explicita a necessidade de repensar as relações entre teoria e prática, na busca pela superação da fragmentação do conhecimento.

Além do embate entre teorias presente nos projetos de formação nas universidades, o que se pode denominar de problemas intrínsecos à formação, o profissional que atuará na Educação Infantil enfrenta outros desafios que permeiam o fazer pedagógico e o ser professor.

É importante destacar que, apesar da LDB considerar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, esses profissionais continuam tendo um tratamento diferenciado, especialmente no que se refere aos concursos públicos e nas condições salariais. Os que trabalham nos CMEIs são denominados como “monitores educacionais” ou “auxiliares”, sendo que os que atuam nas escolas municipais, atendendo a pré-escola, são concursados como professores. O que ainda revela uma dicotomização entre o cuidar e o educar, entre o assistencial e o pedagógico.

Termos como monitoras, auxiliares, pajem, tia, revelam o quanto, historicamente, a educação infantil se constituiu e vem se constituindo a partir do trabalho feminino que se consolida sob o pressuposto da “educadora nata”. Sarat (2001, p. 141) afirmar que *“reportando-se a essa vocação maternal, o discurso e as práticas políticas vão norteando ações e impondo uma forma de atendimento que, como afirmamos anteriormente, dividem profissionais e crianças.”*

Apesar de existir uma legislação que direciona para uma concepção de educação infantil, que exige a profissionalização, vivenciam-se ainda práticas que expressam uma concepção assistencialista e de educadora nata.

Os desafios referentes à formação dos profissionais da educação infantil ainda são inúmeros, tanto nos aspectos estruturais quanto nos pedagógicos. Essas questões provocam a necessidade de continuar o debate e a luta pela efetiva implementação das políticas que norteiam o fazer dos profissionais que atuam com a infância na atualidade.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara. 2ª ed., 1981.
- ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, nº 113. São Paulo: jul., 2001.
- CERISARA, A. B. **A Pré-Escola e as Implicações Pedagógicas do Modelo Histórico-Cultural**. Cadernos CEDES nº 35. Campinas: Papirus, 1995.
- CERISARA, A. B. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no Contexto das Reformas. **Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação**. Campinas - Vol. 23, n. 80, set., 2002.
- DRAGO, R.; MICARELLO, H.A.L. Concepções de Infância e Educação Infantil: um universo a conhecer. In: KRAMER, S. (org.). **Profissionais da Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil** 7ªed. Petrópolis, RJ: Cortez, 2003.  
KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.  
SARAT, M. Formação Profissional de Educação Infantil: uma história de contrastes. **Revista Guairacá**, 17:135-158, 2001.

Recebido em 25/07/2011

Aprovado para publicação 01/11/2011